

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8	90
SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Maura de Moraes</i>	
<i>Neusa da Silva Queiroz</i>	

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9	105
IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ	
<i>Erick Dawson de Oliveira</i>	
<i>Marluz Aparecida Tavares da Conceição</i>	
<i>José Erasmo Silva</i>	
<i>Maria Imaculada de Lima Montebelo</i>	
<i>Karima Omar Hamdan</i>	

CAPÍTULO 10	117
O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL	
<i>Gabriel Cavalcante Cortez</i>	

CAPÍTULO 11	120
SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO	
<i>Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi</i>	

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12	124
O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS	
<i>Claudiana Tavares da Silva Sgorlon</i>	

CAPÍTULO 13	133
AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Ludimila Rodrigues Nunes</i>	
<i>Angela Maria Caulyt Santos da Silva</i>	

CAPÍTULO 14	144
CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP	
<i>Filipe Augusto Portes</i>	
<i>Lucas Bueno de Campos</i>	
<i>Vânia Aparecida Gurian Varoto</i>	
<i>Luzia Cristina Antoniossi Monteiro</i>	
<i>Nayara Mendes Silva</i>	

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUESES: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

Universidade Federal Fluminense – Escola de
Serviço Social
São Gonçalo – Rio de Janeiro

RESUMO: Esse artigo versa sobre os reflexos do desenvolvimento desigual e combinado nos países de capitalismo periférico com enfoque no Brasil, como ocorrem os processos de repulsão da classe trabalhadora do cenário político desde a implementação do modo de produção capitalista no Brasil. Busca-se compreender de que maneira o referido modo de produção se transforma em momentos de crise e se readéqua sempre implicando em mudanças ao mundo do trabalho. Veremos como o Estado – que teoricamente não deveria intervir na economia exógena – intervém de modo a dificultar uma consciência de classe por parte dos trabalhadores, obstruindo e/ou dificultando a possibilidade de formação de uma “massa crítica”.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento desigual e combinado, Capitalismo, Estado Burguês, Despolitização, Consciência de Classe.

ABSTRACT: This paper discusses the consequences of uneven and combined development in countries of peripheral capitalism

with a focus on Brazil, as the processes occur repulsion of the working class from the political scene since the implementation of the capitalist mode of production in Brazil. We seek to understand how the mode of production that turns into a crisis and fits always implying changes in the world of work. We'll see how the state - which theoretically should not intervene in the economy exogenous - intervenes so hampering a class consciousness among workers, obstructing and/or hindering the possibility of formation of a “critical mass”.

KEYWORDS: Uneven and Combined Development, Capitalism, Bourgeois State, Depoliticization, Class Consciousness.

1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo busca discorrer a respeito do desenvolvimento desigual e combinado, sobre as recentes transformações capitalistas no Brasil com o advento do Neoliberalismo e do Neodesenvolvimentismo, suas influências sobre o mundo do trabalho através da reconfiguração do papel do Estado e de que maneira a ofensiva do capital afeta o modo de pensar e de análise da realidade por parte dos trabalhadores.

Sob o ângulo metodológico essa análise se insere na vertente histórico-crítica por entendermos como uma metodologia capaz de

ultrapassar a aparência imediata dos fatos. Nesse método, a evolução do conhecimento dos fenômenos sociais ocorre pelo aprofundamento à explicação do movimento destes a partir da observação da realidade posta, que salta aos olhos. Neste sentido, a racionalidade da realidade exige a transcendência de suas formas aparentes, assim a sociedade é vista enquanto totalidade constituída num sistema de relações sociais a serem desveladas em suas múltiplas inter-relações.

Teremos com foco a realidade brasileira, mais precisamente, os rebatimentos do acirramento do modo de produção capitalista na vida dos trabalhadores. Assim, cabe ressaltar nossa proximidade com o debate do trabalho informal – enquanto meio de “escoamento” dos trabalhadores nesse contexto de mudanças no mundo do trabalho – mediante a realização de 206 (duzentas e seis) entrevistas direcionadas aos Comerciantes Varejistas Autônomos, conhecidos popularmente como “camelôs”, que trabalham nas cidades de Niterói e São Gonçalo, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Cabe destacar que a palavra “camelô” tem origem na expressão francesa “camelot”, que significa vendedor de artigos de pouco valor. No Brasil, esse segmento está alocado nos espaços públicos. No caso dos comerciantes dotados de licença da prefeitura, existem ruas específicas para a comercialização de seus produtos. Já os que não possuem a licença são dispersos geralmente em locais de maior acessibilidade, buscando atrair mais fregueses, sendo severamente “atacados” por agentes das prefeituras que reprimem o comércio ilegal.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 O desenvolvimento desigual e combinado e seus reflexos nos países de capitalismo periférico.

Para devida compreensão e análise da realidade, precisamos nos remeter a uma das leis fundamentais da história que permeia todo processo de desenvolvimento humano. O domínio do homem sobre as forças produtivas é o fator mais importante para o seu progresso, sendo assim os avanços históricos são retratos desse crescimento, seja ele mais rápido ou mais lento. Todavia o desenvolvimento das forças produtivas se desenrola respeitando as diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas que permeiam cada segmento das sociedades, nas palavras de Karl Marx:

Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta. (MARX, 1977, p.172).

Diante disso, somos capazes de compreender as disparidades que permitem distintas proporções de desenvolvimento a diferentes povos, instituições, setores

de um país entre outros. Essa compreensão nos remete a essência da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado que, com seu caráter dual, consiste na fusão de duas leis intimamente relacionadas: as diferentes proporções no crescimento da vida social e a correlação entre esses fatores desenvolvidos desigualmente no processo histórico. Desse modo, nas palavras de Novack, apesar das contradições e peculiaridades inerentes a essas formações, “(...) elas podem desviar-se muito das regras e efetuar tal oscilação de modo a produzir um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram atrasados a superar, durante certo tempo, os mais avançados.” (NOVACK, 1988, p.10).

Para Trotsky, o formulador da referida lei, a revolução russa foi o melhor exemplo do desenvolvimento desigual e combinado da história moderna. A associação de forças sociais completamente antagônicas contra a autocracia czarista, cada qual pelas suas próprias razões, emerge das desigualdades prévias do desenvolvimento histórico russo e por seus problemas políticos e sociais oriundos da primeira guerra imperialista mundial. Todavia, as forças que se uniram em fevereiro de 1917 se transformam em inimigas em outubro do mesmo ano, já que com a queda do czarismo houve emergência de uma nova e superior desigualdade. Assim, o desenvolvimento da luta de classes nesse período permitiu aos bolcheviques o amadurecimento e reconhecimento da importância da construção de bases objetivas e subjetivas para alcançar seu triunfo.

Quando analisamos a “evolução” civilizatória no mundo, podemos observar que há uma forte tendência de manter os fatos como em uma linha na qual a evolução é feita em etapas. Entretanto, podemos compreender, com a ajuda da teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, que os movimentos dos fenômenos sociais não são lineares, nem tampouco uniformes:

Na história mesclam-se ambas: regularidades e irregularidades. A regularidade é fundamentalmente determinada pelo caráter e desenvolvimento das forças produtivas e do modo de produzir os meios de vida. Contudo, este determinismo básico não se manifesta no desenvolvimento real da sociedade de maneira simples, direta e uniforme, e sim por meios extremamente complexos, desviados e heterogêneos. (NOVACK, 1988, p.33).

Tendo em vista esta perspectiva, e buscando chegar à compreensão atual sobre as mudanças no mundo do trabalho, daremos continuidade à análise visando compreender as causas e efeitos contraditórios – sobretudo para os trabalhadores – da evolução desigual do modo de produção capitalista.

Como sabemos o capitalismo é um sistema econômico mundial que surgiu e se desenvolveu com muito mais força na Europa e na América do Norte do que Ásia e na África. O que precisamos compreender é a forma como isso ocorre, já que o super desenvolvimento das áreas metropolitanas decorre dos baixos índices de desenvolvimento de outras regiões, isto é: produto e condição, é preciso deixar claro aqui a necessidade de considerar as particularidades nacionais de cada região. Por exemplo: Inglaterra e Estados Unidos foram, em um determinado momento histórico, governados pelas mesmas leis, mas esse fato não foi capaz de manter os mesmos

resultados desses países em relação ao desenvolvimento da Economia. Porém há de se pontuar quais são as raízes dessas particularidades nacionais, a partir das condições naturais, materiais, históricas e de desenvolvimento

Visto isso, há de se pontuar que:

A lei do desenvolvimento combinado parte do reconhecimento da desigualdade nas proporções de desenvolvimento de vários fenômenos das mudanças históricas. A disparidade no desenvolvimento técnico e social, e a combinação fortuita de elementos, tendências e movimentos pertencentes a diferentes etapas da organização social, dão a base para o surgimento de algo novo e de qualidade superior. (NOVACK, 1988, p.45).

Os saltos históricos promovidos por esse quadro de integração se tornam inevitáveis na medida em que os setores mais atrasados realizam tarefas com métodos modernos, injetados em sua realidade, que nessa perspectiva se veem pressionados pelas condições externas e realizam saltos de modo a precipitar etapas da evolução que geralmente requerem um período histórico inteiro para se desenvolver. Desse modo, os países não suficientemente desenvolvidos até determinado momento, se beneficiam do progresso já obtido por meio da indução e/ou coerção para saltarem a frente dos demais países, inaugurando uma nova etapa de desenvolvimento.

No caso brasileiro, sobretudo enquanto colônia de exploração, também pode-se caracterizar como um exemplo do desenvolvimento desigual e combinado, mas sem a presença de algum salto significativo. A escravidão vivenciada no Brasil em seu período colonial já havia sido suprimida na Europa, mas ressurgiu nas colônias, sobretudo nas de exploração, como um braço do capitalismo comercial. Até nos dias de hoje podemos observar vários exemplos dos efeitos do desenvolvimento desigual e combinado na realidade Brasileira, como é o caso da transposição de diferentes tecnologias dos países de capitalismo central para cá, que ocorrem de maneira desigual de modo a escoar uma produção já obsoleta.

Há de se pontuar que diferentemente das desigualdades inerentes do período primitivo, no qual as necessidades dos povos eram distintas hoje em dia, com a emergência do modo de produção capitalista há a necessidade da dominação do homem pelo homem, assim a competição se inicia quando mais de um grupo necessita da mesma coisa, no caso, explorar a força de trabalho alheia. Mas como essa lógica da exploração, inerente ao modo de produção capitalista afetou e afeta a classe trabalhadora, sobretudo no Brasil?

2.2 O desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil: início da investida do capital à despolitização das classes trabalhadoras.

A instauração do modo de produção capitalista corresponde a um processo complexo que envolve o desenvolvimento das forças produtivas e também do trabalho em suas diferentes formas sociais, incluindo aí o conjunto das relações sociais e de produção estabelecidas entre os homens, a natureza e as relações sociais. Essas

ocorrem de diferentes maneiras nas sociedades e de acordo com o espaço histórico e as formações sócio-históricas, econômicas e culturais.

Para Carlos Nelson Coutinho, o conceito de desenvolvimento do Capitalismo sob a “Via Clássica” desenvolvida por Lênin, na qual “o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-júnters” (LÊNIN, 1980, p.30), não faz sentido no Brasil, já que nesse caso a burguesia não rompe com o modo de produção feudal de forma revolucionária, mas aos poucos, converte a propriedade feudal em propriedade capitalista.

O caso brasileiro se identifica mais com a “Via Prussiana”, porém, deve-se considerar as particularidades inerentes às condições de desenvolvimento do país enquanto colônia. É por isso que Chasin desenvolveu o conceito de “Via Colonial”, considerando o processo tardio de acumulação de capital. Neste caso, pode-se identificar que no Brasil o processo que ocorre é mais próximo do modelo “Prussiano Colonial”, diante de suas características coloniais e tardias.

Ao que indica, do ponto de vista ideológico, o liberalismo chega ao país através do mercantilismo português, porém não encontra meio de desenvolvimento pelo fato da escravidão estar fortemente consolidada no país, o que impossibilitou a formação de um proletário revolucionário, reforçando a manutenção das massas populares. No Brasil, houve um movimento em que a burguesia se constituiu com títulos de nobreza provenientes da herança portuguesa e não fruto de um processo revolucionário. Por isso, o liberalismo vai se restringir, naquele período histórico, somente ao direito de livre comércio.

Portanto, sendo caracterizado pela “Via Prussiana Colonial”, o Brasil não efetiva uma revolução, nem ao menos a independência pode ser assim chamada. Ao contrário, é um movimento conciliatório com o passado, reformando o presente para a continuação da estrutura econômica. Esse traço se torna marcante na cultura brasileira, na medida em que favorece a concepção da “ideologia do favor” (MAZZEO, 1997).

Tal característica mostra-se atuante e atual na formação social brasileira, como um padrão que age dificultando a formação de massas populares reivindicatórias, condição essa que também não elimina mudanças na história, que podem ser construídas pelos homens. Mas, como podemos observar, esse fato associado ao processo prévio de escravidão, além de não permitir o desenvolvimento clássico do liberalismo, coíbe qualquer processo revolucionário, mantendo as massas fora do cenário político.

Mediante a esse quadro de instauração do modo de produção capitalista no Brasil, há de se analisar o fato de que desde os primórdios da acumulação capitalista aqui, a população se encontra à mercê de uma política realizada de cima pra baixo, sem nenhuma participação significativa do povo, e esses processos se legitimam a partir da ação do Estado, como nos apresenta Coutinho:

Por um lado, gradualmente e “pelo alto”, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. (COUTINHO, 1999, p.196, grifos nossos).

A partir daí, cabe salientar o papel do Estado como braço do capitalismo e de que maneira ele age dificultando o acesso à informação buscando o silenciamento das classes trabalhadoras, sobretudo na contemporaneidade, é o que veremos a seguir.

2.3 O papel do Estado em tempos de neoliberalismo e suas recentes configurações com o novo-desenvolvimentismo.

Embora os pensadores na gênese da teoria liberal defendessem um Estado não interventor, nota-se que desde a origem do modo de produção capitalista, sobretudo no Brasil, o Estado está sempre em parceira com o mercado, criando condições materiais no que se refere à produção de meios necessários para o surgimento, potencialização e manutenção do modo de produção capitalista.

Desse modo, nasce o Estado interventor no Brasil. Vale ressaltar que não apenas no Brasil, como nos países de economia central, a ação interventora do Estado coincide com o tempo, e os anos trinta são o ponto de partida. Essa coincidência se deve ao fato de ao se desenvolver o capital prende todas as economias em uma mesma lógica: “A lógica da acumulação que obriga que o Estado ponha o capital sobre os grilhões da regulação estatal” (TEIXEIRA, 1998, p. 220).

Assim, nesse modo de produção, independentemente do espaço geográfico o Estado além de assumir suas funções de produção de bens públicos, também passa a intervir nas políticas de inversões privadas, sustentando o processo de acumulação. Visto isso, podemos analisar que mesmo que a lógica que fundamenta a racionalidade do Estado interventor seja a mesma em todos os países inseridos no modo de produção capitalista, em cada país existem particularidades, sobretudo no Brasil onde essa intervenção não foi incapaz de assegurar um bem-estar social e material para a grande maioria da população. Isso principalmente porque o Estado herda a estrutura extremamente feroz de concentração de renda do período colonial.

Para Francisco Teixeira, nesse movimento brasileiro, nesse momento o Estado tem a função de criar condições de produção e reprodução do desenvolvimento da indústria e desenvolver políticas suficientes para atenuar as desigualdades sociais, desse modo afirma que:

Aqui o Estado nasce para criar uma sociedade capitalista industrializada; lá, surge quando o capitalismo ingressava em sua terceira revolução tecnológica e,

assim, como um modelo de distribuição de renda entre capital e o trabalho mais equitativo, não marcado pelas desigualdades de renda de um país onde o grosso da população era egresso da escravidão. (TEIXEIRA, 1998, p. 222).

Apesar de tais particularidades, a fundamentação do Estado interventor aqui ou em países de capitalismo central é a mesma, tal como são as mesmas as razões pelas quais o Estado entra em crise, através da crise fiscal e da erosão de suas bases de legitimidade. A crise fiscal ocorre a partir do momento em que as desigualdades crescem, tendo em vista que o sistema produtor de mercadorias se apropria do excedente econômico e uma parcela cada vez menor dessa acumulação é revestida em salários, e:

Em consequência disso, cresce o número de desempregados, que aumenta na medida em que o sistema procura recuperar a taxa de lucro via aumento da mais-valia relativa, que se faz através da incorporação de tecnologias voltadas para dispensar o trabalho vivo. (TEIXEIRA, 1998, p.222 - 223).

Nesse caso, além de diminuir os recursos para atenuar questões de caráter social, mediante as carências oriundas do desemprego, o Estado precisa também sustentar os monopólios para evitar sua falência. Com isso aumenta-se a dívida pública que é o reflexo direto da tentativa de impedir uma crise política e social tendo em vista o risco que o sistema correria. Nos países de capitalismo central, essa crise foi mais atenuada do que no Brasil, já que para nós representou a falência do Estado enquanto principal financiador no modelo de acumulação.

Mas, a partir de um determinado momento da acumulação capitalista, os governos dos países em crise descobrem a possibilidade de privatizar segmentos do Estado como alternativa para obter maiores taxas de lucro. Sinalizações importantes para a emergência da intitulada “Crise do capital” são, queda da taxa de lucro daqueles que detinham os meios de produção e paralelamente o início da reestruturação produtiva do capital no mundo, datado de 1973. A partir de então, mudanças significativas foram observadas no sistema do capital do cenário mundial, o referido sistema já acostumado com os ciclos de expansão e retração do capital se depara ineditamente com uma fase de “Crise estrutural”. Paralelamente a isso nota-se a falência dos sistemas estatais de regulação do capital.

Durante a fase do capitalismo contemporâneo ou imperialista que se consolida no Brasil na década de 1990, no governo do então presidente Fernando Collor de Mello, o Estado também se adaptou às necessidades do mercado, através da promoção da sua “contra-reforma”. Em meio a essa nova conjuntura, na medida em que se legitima o “capitalismo contemporâneo”, também se acentuam os artifícios para mantê-lo, compostos por um tripé caracterizado pela reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização do capital. Assim,

(...) o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contra reforma do Estado. Do ponto de vista da reforma anunciada na Constituição de 1988 no Brasil, em alguns aspectos embebida da estratégia socialdemocrata e do espírito welfareano. (BEHRING, 2003, p.129).

Mais especificamente no Brasil há o desmonte do Estado na regulação de direitos sociais previstos pelos frutos do trabalho e conquistados até então, retrocedendo os preceitos da Constituição Federal de 1988, sob o discurso de que o Estado precisava ser reformado por ser burocrático, ineficiente e gastar demasiadamente com a área social. Mediante esse cenário temos que as estratégias adotadas nesse período foram tomadas em sua larga maioria em prol do capital, sob o discurso ineficiente e plagiado dos países de capitalismo central, do excesso de gastos com a área social, sem que sequer o Brasil tenha vivido um Estado de bem estar social como estes.

Sabemos que essa nova modalidade ou nova sociabilidade na qual o modo de produção capitalista se transforma se efetiva a partir do momento em que, com mais uma crise cíclica do capital, que ocorre a partir de 1973 no mundo, faz-se necessário um novo padrão de produção e consumo para obtenção de uma maior taxa de lucro por parte dos capitalistas. Desse modo a reestruturação produtiva se efetiva a partir do momento em que, no lugar do fordismo e da produção homogênea e em massa, surge a acumulação flexível, caracterizada pelo toyotismo, onde é possível produzir o que o mercado necessita de forma mais heterogênea, atendendo a mercados específicos com nichos particulares de consumo.

Assim, para que este processo se realize ocorre a desterritorialização da produção para que um mesmo produto seja fabricado em diversos países onde tenha mão de obra mais barata, isenções fiscais e maior flexibilidade na exploração ambiental, diminuindo o valor necessário para a produção da mercadoria e conseqüentemente, aumentando o lucro do capital. Após estas considerações podemos perceber que em todos esses ciclos de crise, em sua reprodução ou reestruturação, o sistema capitalista acentua o universo de trabalhadores desempregados, sendo este, um dos sintomas de aceleração do trabalho informal nas ruas das grandes metrópoles.

A partir do momento histórico que averiguamos, conforme analisa Basílio Sallum, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso não apenas preservou o programa de abertura comercial que permitia e regulava a venda de empresas estatais desde o período Collor, como executou um programa de privatizações e de venda de concessões tanto no âmbito federal como no estadual. Desse modo, ainda segundo Sallum:

No correr da década de 80 foi tornando-se claro para o empresariado que a retomada do crescimento econômico e a redução das tensões sociais já não poderia depender da presença dominante do Estado no sistema produtivo. Pelo contrário, ela dependeria da ampliação do grau de associação da burguesia local com o capital estrangeiro e envolveria concessões liberalizantes em relação ao padrão de desenvolvimento anterior. Agora, o empresariado combate o intervencionismo estatal, clama por desregulamentação, por uma melhor acolhida ao capital estrangeiro, por privatizações, etc. Em suma, passa a ter uma orientação cada vez mais desestatizante e internacionalizante. (SALLUM, 1999, p.26).

Desde a crise de 1929 o capitalismo não vivenciava uma crise no sistema financeiro global tão contundente, que tivesse refletido na diminuição do volume

da produção industrial, agrícola e do setor de serviços. Para Mézáros “o sistema do capital, por não ter limites para sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva” (MÉZÁROS, 2009, p.11). Na medida em que a lógica da valorização do capital se insere na sociedade, a relação entre produção e o consumo também se altera, ocasionando uma corrosão do trabalho que é extremamente significativa no que diz respeito à precarização do trabalho e ao desemprego estrutural. Desse modo, a discrepância entre as necessidades sociais e a auto reprodução do capital se refletem em devastadoras consequências para as sociedades.

Nesse movimento, no que se refere ao mundo do trabalho, identifica-se que ocorre simultaneamente a incorporação de avanços científicos e a terceirização da mão de obra, acarretando um aumento do desemprego e da precarização dos postos de trabalho, que leva o trabalhador a se gestar como polivalente, extenuando ainda mais a consciência de classe e dos movimentos de reivindicação dos trabalhadores.

No que tange a questão do desemprego, as mudanças oriundas dessa sociabilidade no âmbito do capitalismo, especialmente da reestruturação produtiva, são fundamentais e visíveis. Podemos averiguar na evolução da taxa de desemprego no Brasil, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) através da realização da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios – PNAD. No período de 1981 a 2002, que há uma tendência acentuada de aumento do desemprego durante toda a década de 1990. Enquanto ao longo da década de 1980 a taxa de desemprego no Brasil oscilou em torno de 4,5%, no período entre 1990 e 1999 a referida taxa aumentou de 4,4% para 11,2%. Entre 1990 e 1993 o aumento foi de 3 pontos percentuais, enquanto entre 1993 e 1999 a taxa de desemprego aumentou 3,9 pontos percentuais.

Além de intervir maciçamente na economia, favorecendo o desemprego e produção de superlucros, o Estado passa a desempenhar um papel central na medida em que dissipa ideologias que servem às transformações nos padrões de acumulação e reprodução vigentes. Porém, esse processo só se torna possível com o consentimento das classes dominantes tendo em vista a implementação de estratégias capazes de manter sua hegemonia.

Podemos observar que diferentemente da década de 80/90 na qual o modelo fordista/keynesiano se esgotou em razão do distanciamento do Estado e do incentivo ao mercado, a partir dos anos 2000 o processo de restauração da ordem do capital é conduzido pelos governos de centro-esquerda com seus projetos de corte social-liberal e aos do novo-desenvolvimentismo, cujas bandeiras são crescimento econômico e desenvolvimento social. (MOTA, 2012)

Mas algumas características ocorridas a partir dos anos 1990 deram origem ao novo modelo econômico e redefiniram o bloco de poder político dominante no Brasil. Primeiramente há de se pontuar que não houve qualquer ruptura no processo de precarização do trabalho ou em qualquer outro viés da correlação de forças entre

capital e trabalho. É inegável que houve uma redução nas taxas de desemprego, uma pequena melhora no salário médio real e no salário mínimo, porém “isso não significou o retorno a taxas de desemprego prevalecentes até os anos de 1980; a flexibilização dos direitos trabalhistas – legal e ilegalmente – ainda continua na ordem do dia” (FILGUEIRAS, 2010, p.49).

No que tange as relações intercapitalistas pode-se notar que o governo Lula, através das empresas estatais e dos bancos oficiais, sobretudo o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social vem impulsionando o processo de concentração e centralização do capital no âmbito dos grandes grupos internacionais, com isso fortalecendo o processo de internacionalização e tornando-os mais competitivos. Esse “retorno” do Estado à esfera econômica tem como objetivo claro o fortalecimento do capital financeiro no Brasil.

Também há de se convir que apesar da maior diversificação das exportações brasileiras, decorrente do crescimento econômico generalizado em escala mundial, a natureza da inserção internacional do país do período do governo Lula não implicou qualquer alteração em relação ao período FHC, já que:

As estruturas das exportações e das importações mantiveram-se praticamente as mesmas: de um lado, exportações de commodities (agrícolas e minerais) e produtos industriais com baixo conteúdo tecnológico e, de outro, importações de produtos com alto conteúdo tecnológico, em particular componentes e bens de capital. (FILGUEIRAS, 2012, p.50).

E no âmbito político:

(...) também não se consegue constatar nenhuma alteração com relação às situações anteriores. O processo político-institucional e partidário continuou seguindo a longa tradição histórica brasileira, qual seja: estatização dos partidos no poder, cooptação fisiológica para formação de majorias, patrimonialismo e esvaziamento das instâncias parlamentares, com o fortalecimento das agências governamentais executivas. (FILGUEIRAS, 2012, p.50).

Por fim no que se refere à instabilidade econômica, no governo Lula observou-se uma redução na vulnerabilidade externa decorrente da situação internacional que possibilitou a permanente valorização do câmbio nesse período. Porém, no que se refere a vulnerabilidade estrutural nenhum passo significativo foi dado, tendo em vista a permanência do perfil da nossa estrutura produtiva, logo de nossas exportações.

Segundo Ana Elizabete Mota (2012) duas ideias centrais embasam o novo desenvolvimentismo: “a de que o enfrentamento ao neoliberalismo se faz com crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado e a de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social”. (MOTA, 2012, p.19). Nesse sentido, a partir do mandato do então presidente Lula está em andamento um movimento de despolitização que corrobora com os ideais hegemônicos da classe dominante.

Desse modo, defendemos a existência de uma continuidade e manutenção do mesmo modelo econômico entre os governos FHC e Lula, porém através da

flexibilização da política macroeconômica, devido à redução da restrição externa da economia, o governo Lula conseguiu reduzir a taxa de juros, ampliou o crédito e os gastos com política social focalizada (Principalmente com o programa bolsa família que é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do país) e paralelamente adotou-se uma política real do aumento do salário mínimo. Os resultados dessa flexibilização da economia refletiram no aumento da taxa de crescimento da economia, na redução das taxas de desemprego, ampliação do mercado interno, distribuição funcional e pessoal de renda e assim diminuíram-se os níveis de pobreza extrema.

Paralelamente a flexibilização da política macroeconômica assistimos também o “retorno” do Estado à esfera macroeconômica através das empresas estatais como a Petrobras e os bancos oficiais e dos fundos de pensão comandados pela aristocracia sindical. Assim “À hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio) que comanda a economia brasileira, vieram se juntar segmentos nacionais do grande capital, articulados por dentro do Estado.” (FILGUEIRAS, 2012, p 38). Com essa inserção do mercado se recria o tripé Capital Internacional / Estado / Capital nacional, já que o capital financeiro, agora hegemônico, é composto por capital nacional e internacional então:

Mas uma vez, coerentemente com a trajetória histórica do capitalismo retardatário brasileiro, o capital privado nacional vai a reboque do Estado – que se mostra peça fundamental na organização e legitimação do bloco dominante de poder. É a isto que se vem chamando de “Novo desenvolvimentismo”, que, tal como o velho, sintetiza o capitalismo possível de existir na periferia do capitalismo na “era do imperialista”, cujas características fundamentais são: dependência tecnológico-financeira, concentração de renda, exclusão social e democracia restrita. (FILGUEIRAS, 2012, p. 39).

Assim o êxito dessa operação consiste na necessidade de um elemento político essencial de apaziguamento e consentimento da classe trabalhadora, já que tal como o “velho desenvolvimento” o “novo desenvolvimento” também necessita direcionar suas atividades para o atendimento marginal e focalizado das expressões da questão social. Em suma, como pudemos averiguar, temos que a presença do Estado ao processo econômico associado ao consentimento das classes subalternas permitiu o governo Lula compatibilizar interesses potencialmente antagônicos.

Desse modo, a estratégia de cooptação dos trabalhadores agora é outra, ao invés de se falar em eficiência do setor privado e do empreendedorismo como estímulo ao trabalhador as demandas das classes subalternas são atendidas no âmbito da “pequena política” (COUTINHO, 2010, p.41), que comportam somente os novos movimentos sociais que reivindicam necessidades como a renda e o consumo. Mas no ponto de vista prático, podemos notar que essas medidas não reduzem as desigualdades na medida em que negam o antagonismo entre as classes.

3 | CONCLUSÃO

Através dessa análise pudemos observar como o “atraso” da colonização do Brasil e, portanto, da implementação do modo de produção capitalista aqui é capaz de nos trazer um viés conservador quase que “natural”, oriundo que uma política sempre realizada “pelo alto”. Desse modo, pudemos observar que mesmo durante as transformações capitalistas em busca de mais lucro, e, deste modo, mais mudanças negativas ao mundo do trabalho, a grande massa trabalhadora se encontra silenciada por artifícios estatais que colocam em prática a própria sociabilidade burguesa no que desde o que se refere a padrões de comportamento à privatização e focalização das políticas públicas.

Visto isso corroboramos com as ideias de Neves (2007) quando a mesma sinaliza que através das políticas sociais contemporâneas, há a disseminação da nova pedagogia da hegemonia, que busca manter a coesão social no capitalismo neoliberal, gerando uma nova forma de “educar” a sociedade a fim de legitimar os ideários capitalistas. Desse modo, essa nova hegemonia tem a função de consolidar um padrão novo de sociabilidade e realiza essa atividade através da disseminação da ideologia da responsabilidade social.

Incitando a prática da “pequena política” por meio dos trabalhadores, essa nova hegemonia estimula, contraditoriamente às classes dominadas, a manutenção da “grande política da conservação” (NEVES, 2007, p.3). Há então, um estímulo concomitante aos movimentos sociais de cunho extra econômicos, já que, mantendo o perfil legítimo desses movimentos, no que se refere a erradicação da exploração de classes o modo de produção vigente não sobreviveria. Desse modo, as novas demandas desses novos movimentos sociais, legitimam essa nova pedagogia da hegemonia na medida em que não se vinculam com as históricas lutas da classe trabalhadora e, portanto, ao se eximirem de abordar as questões econômicas também reforçam o individualismo, tratando problemas coletivos como pontuais. E nesse contexto, o Estado regula os serviços compensatórios às desigualdades sociais enquanto coordena iniciativas privadas de parceiros, efetivando a “repolitização” da política que ocasiona conseqüentemente o apassivamento dos movimentos sociais populares.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo :Cortez, 2003.

COUTINHO, C. **A hegemonia da pequena política, em Hegemonia às avessas, organizado por Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek**. São Paulo, Boitempo, 2010

COUTINHO, C. **Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político**. Civilização Brasileira, RJ,1999

FILGUEIRAS, Luiz et.al. **Modelo liberal-periférico e bloco no poder: política e dinâmica macro econômica nos governos Lula**. In Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. RJ: Garamond, 2010.

MARTINS, José S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

LENIN, **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.

MARX, Karl. **O capital**. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Frank Müller. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.

NOVACK, G. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988.

MOTA, A. E. **Questão social e Serviço Social: um debate necessário**. In: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2008.

NEVES, L. M. W. **Políticas Sociais Contemporâneas: teses para discussão**. Texto apresentado na Plenária Simultânea “Tendências Contemporâneas das Políticas Sociais e as Influências dos Organismos Internacionais”, durante o 12º Congresso Nacional de Assistentes Sociais, realizado em Foz do Iguaçu (Paraná), no período de 28 de outubro a 02 de novembro de 2007. Documento. 2007. Disponível em www.assistentesocial.com

SALLUM Jr., B. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, vol. 11, nº 2, out. 1999.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **O neoliberalismo em debate**. In: Teixeira, F.J.S. e Oliveira, M. de A. (orgs.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed., Fortaleza/São Paulo: UECE/Cortez, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

